



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável**

**SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização
Ambiental**

Parecer nº 19/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA/2022

PROCESSO Nº 1370.01.0010664/2022-41

PARECER Nº 19/SEMAD/SUPRAM LESTE - DRRA/2022			
Nº DOCUMENTO DO PARECER ÚNICO VINCULADO AO SEI: 43148237			
PA COPAM SLA Nº: 5315/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento	
EMPREENDEDOR:	POSTO JAMPRUCA LTDA	CNPJ:	04.248.975/0001-94
EMPREENDIMENTO:	POSTO JAMPRUCA LTDA	CNPJ:	04.248.975/0001-94
MUNICÍPIO(S):	JAMPRUCA	ZONA:	URBANA
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude 18° 27' 38,5"S Longitude 41° 48' 34,0"O			
RECURSO HÍDRICO: Uso exclusivo de concessionária local			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Alto Potencial de Ocorrência de Cavidades" (Peso 1).			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO	CLASSE/PORTE	PARÂMETRO
F-06-01-7	Postos revendedores de combustíveis	2 / P	Capacidade de Armazenagem = 45 m³
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Vanessa Sérgio Monteiro Engenharia de Produção		REGISTRO: CREA-MG 172737/D ART MG20210549440	



Documento assinado eletronicamente por **Aline de Almeida Cota, Servidor(a) Público(a)**, em 07/03/2022, às 22:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Sampaio Colen, Diretor**, em 08/03/2022, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43148237** e o código CRC **F3142DDD**.



PARECER Nº 19/SEMAD/SUPRAM LESTE - DRRA/2022

O empreendimento **POSTO JAMPRUCA LTDA** atua na área de comércio varejista de combustíveis, exercendo suas atividades na Rua Ceará, nº 29, Centro; zona urbana do município de Jambruca - MG.

Com o objetivo de regularizar a operação do posto, em 23/10/2021, foi formalizado, via SLA, o Processo Administrativo nº 5315/2021 para a modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento em fase de operação corretiva, é a atividade Posto Revendedor de Combustíveis, Código F-06-01-7, cuja capacidade de armazenagem é de 45 m³ (Classe 2), que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista incidência do critério locacional "Alto Potencial de Ocorrência de Cavidades" (Peso 1).

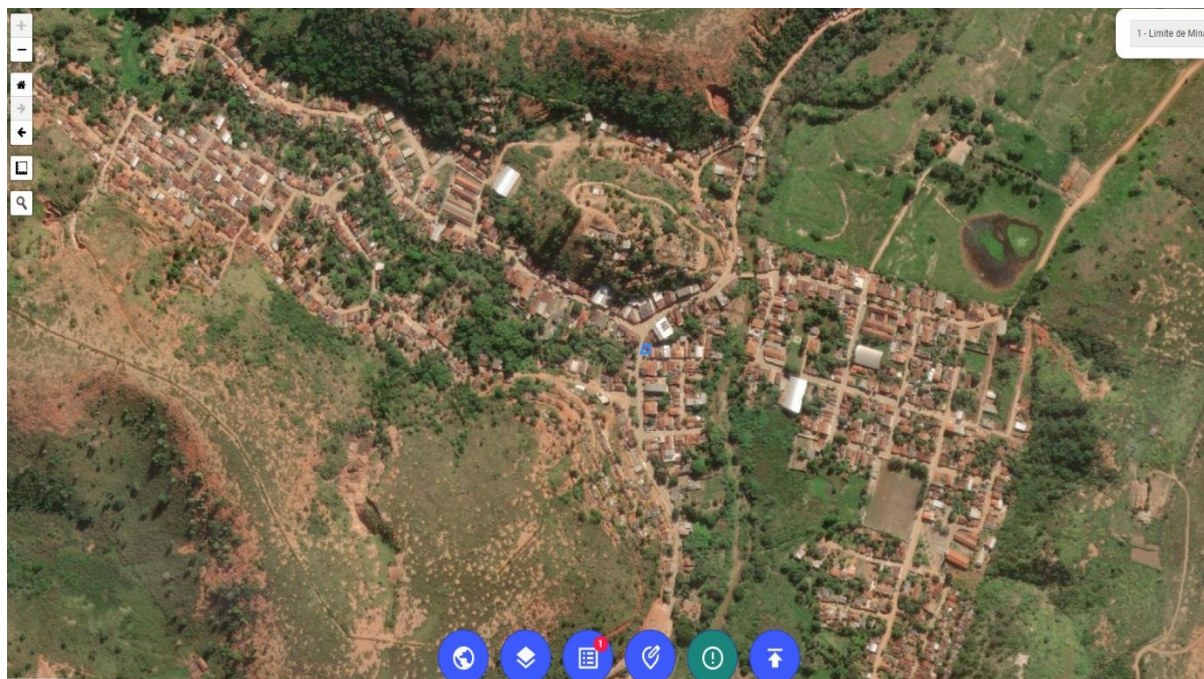


Figura 01: Imagem da área da propriedade e a localização do empreendimento.

Fonte: IDE-SISEMA (acessado em 08/02/2022).

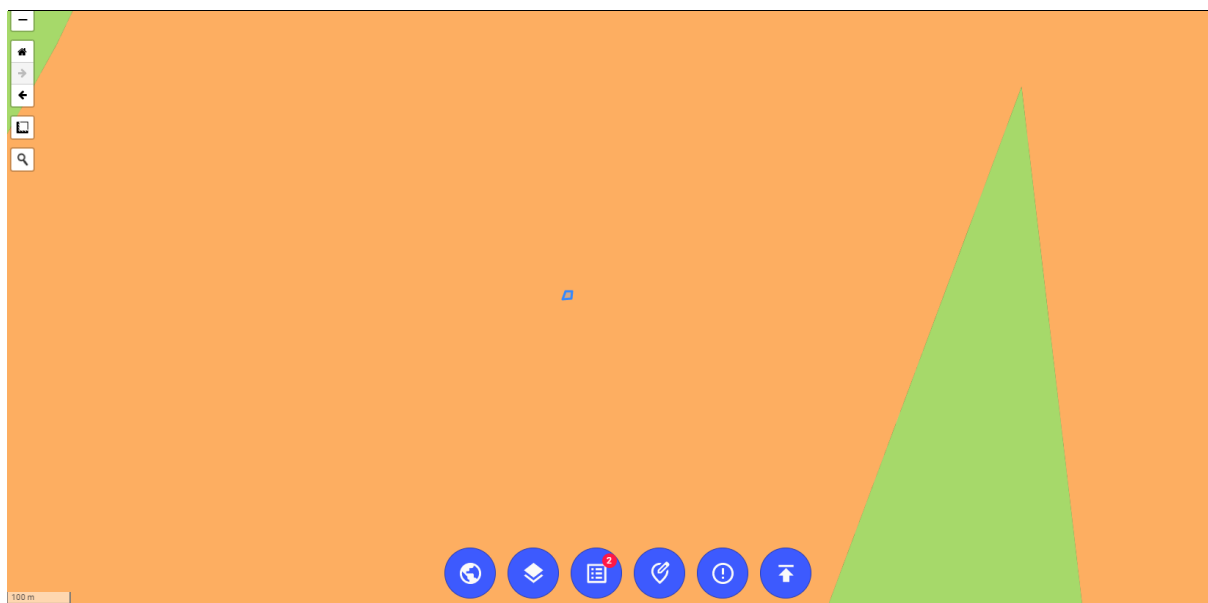


Figura 02: Imagem da área da propriedade constando o alto potencial de ocorrência de cavidades.
Fonte: IDE-SISEMA (acessado em 08/02/2022).

O posto possuía Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF nº 05701/2017(PA 02182/2002/003/2017), para uma capacidade de armazenamento de 45 m³, válida até 16/08/2021.

Em 2019, o posto foi autuado (AI nº 190051/2019) e teve sua atividade suspensa/embargada. Através da solicitação de informação complementar foi informado que o posto está operando sua atividade, motivo pelo qual foi lavrado o Auto de Infração - AI nº 292335/2022, por descumprir penalidade de suspensão/embargo.

A área total do empreendimento é de 364,39 m² e a área construída é 339,67 m². O posto conta com a colaboração de 2 funcionários.

O posto possui as seguintes estruturas: pista de abastecimento, escritório, local de armazenamento de resíduos perigosos e depósito.

O Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis – SASC é composto por 03 tanques plenos de 15 m³, totalizando 45 m³.

O controle de estoque é manual e não possui monitoramento intersticial automático.

O empreendimento possui 02 bombas para abastecimento dos veículos e 01 filtro de óleo diesel localizado dentro da pista de abastecimento e dotado de *sump*.

O posto não realiza as atividades de troca de óleo de veículos pesados/leves e lavagem de veículos.

A pista de abastecimento possui piso impermeável e é dotada de canaletas projetadas dentro da cobertura da pista.

O empreendimento possui AVCB nº 20200090332, de 05/05/2020, válido até 05/05/2023. Será solicitada como condicionante apresentar a renovação do AVCB durante a vigência da licença ambiental.



A água utilizada no empreendimento é de uso exclusivo de concessionária local, para a finalidade de lavagem de pisos/equipamentos e Consumo Humano.

Com relação à equipamentos e sistemas de controle, o empreendimento é dotado de válvulas de retenção (*Check Valves*) junto às bombas, proteção contra derramamento, câmara de acesso à boca de visita dos tanques, contenção de vazamento sob a unidade abastecedora, canaleta de contenção da cobertura, câmara de contenção de descarga (*Spill Containers*), dentre outros.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados nos estudos tem-se a geração de efluentes líquidos e resíduos sólidos.

As atividades desenvolvidas nos postos geram resíduos sólidos classificados como Resíduos Classe I (lodo da caixa SAO e materiais contaminados com óleos e graxas) e resíduos Classe II (resíduos recicláveis, resíduos de escritório, resíduos orgânicos e resíduo sanitário). Os resíduos Classe I são armazenados em tambores, em área coberta, piso impermeabilizado e interligada a caixa SAO e são destinados para a empresa UMWELT BRASIL LTDA. Os resíduos Classe 2 são armazenados em sacos plásticos e lixeiras. Os resíduos recicláveis (papelões) são doados para a reciclagem. Ressalta-se que os resíduos similares aos domésticos (Classe II) que são gerados pelo posto, deverão ser destinados para um Aterro Sanitário licenciado. Será solicitada como condicionante a comprovação da regularização ambiental das empresas receptoras de todos os resíduos sólidos.

Os efluentes líquidos gerados no posto possuem características oleosas e sanitárias. A pista de abastecimento possui canaletas de contenção dentro da projeção da cobertura, sendo que os efluentes oleosos gerados durante as lavagens dos pisos/equipamentos são direcionados para uma caixa SAO que são encaminhados para rede pública. Os efluentes sanitários gerados pelo posto serão tratados em biogestor, sendo o efluente tratado encaminhado para rede pública. Ambos, os efluentes serão lançados no curso d'água local. Será solicitada como condicionante, a comprovação da instalação do biodigestor.

Foi apresentado Recibo Eletrônico de Protocolo nº 39839283, Processo SEI nº 2090.01.000056/2021-59 referente a entrega da Avaliação Ambiental Preliminar (Documento SEI nº 39839282) à Gerência de Áreas Contaminadas - GERAC/FEAM.

Foi apresentado o Teste de Estanqueidade (Agosto/2021) elaborado pelo Engenheiro Mecânico José Ribeiro dos Santos, CREA-MG nº 24581/D, ART MG20210475166, atestando que o tanque tripartido e as bombas estão estanques.

Foram apresentados os Plano de Manutenção de Equipamentos e Sistemas e Procedimentos Operacionais" e "Plano de Resposta e Ação à Incidentes" elaborados pelo engenheiro civil e ambiental Marcelo Dutra Catalunha, CREA-MG nº 133500/D, ART MG20210748478.

Em relação ao critério locacional de Peso 1 "está/estará localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio", foi apresentado estudo conforme o respectivo Termo de Referência, verificando-se a viabilidade do empreendimento, conforme a Instrução de Serviço nº 08/2017.

O estudo de critério locacional elaborado pelo Engenheiro Geólogo João Paulo Caldas, CREA-MG nº 199164/D, ART MG20210542485, conclui que "...ainda foi realizado um caminhamento na área que comprovou a inexistência de feições espeleológicas ou quaisquer condições favoráveis à formação de cavidades."

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.



Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **POSTO JAMPRUCA LTDA** para a atividade de “Posto revendedor de combustíveis”, no município de Jampruca, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no Anexo I deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Ressalta-se que o parecer foi elaborado com base unicamente nas informações apresentadas pelo empreendedor. Portanto, a equipe de análise não possui nenhuma responsabilidade sobre as informações prestadas pelo empreendedor. Ainda, *conforme Instrução de Serviço SISEMA nº01/2018, na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado com apresentação de Relatório Ambiental Simplificado – LAS/RAS, a análise do RAS será feita em fase única pela equipe técnica, sendo que a conferência documental deve ser realizada pelo Núcleo de Apoio Operacional da Supram.*



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "POSTO JAMPRUCA LTDA"

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar relatório técnico e fotográfico (com fotos datadas) comprovando a instalação do biodigestor, conforme Manual de Instalação apresentado nos autos do processo.	90 (noventa) dias
03	Apresentar Certificado de Regularização Ambiental das empresas receptoras dos resíduos sólidos (Classe I e II) e das empresas transportadoras de resíduos Classe I, acompanhado de seus respectivos contratos de prestação de serviços. Caso não haja contrato, apresentar os 3 (três) últimos comprovantes de coleta. Inclusive do Aterro Sanitário, UTC e Associação de Catadores. Ressalta-se que coleta municipal não é destinação ambientalmente correta.	90 (noventa) dias
04	Realizar a troca dos tanques assim que, suas respectivas validades expirarem, conforme a DN COPAM nº 108/2007.	Durante a vigência da licença
05	Apresentar, <u>anualmente, a Supram LM, todo mês de FEVEREIRO</u> , o Teste de Estanqueidade do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis (SASC), bem como Certificado de Calibração dos Equipamentos, conforme estabelecido na DN COPAM nº 108/2007 e respectivas ABNT/NBR, elaborado por profissional devidamente habilitado, acompanhado de sua respectiva ART (original). Ainda, apresentar cópia do certificado expedido pelo INMETRO da empresa responsável pela execução do teste.	Durante a vigência da licença
06	Apresentar, <u>anualmente, a Supram LM, todo mês de FEVEREIRO</u> , Certificados de Treinamento dos Funcionários em Segurança e Meio Ambiente e para Brigada de Incêndio atualizados, conforme estabelecido na Deliberação Normativa COPAM Nº 108/2007. Ressalta-se que o treinamento deverá ser ministrado por empresa especializada ou profissional habilitado, acompanhado de sua respectiva ART.	Durante a vigência da licença
07	Apresentar, <u>anualmente, a Supram LM, todo mês de FEVEREIRO</u> , relatório fotográfico (com fotos datadas) da manutenção do piso e dos canais de drenagem de efluentes das áreas de lavagem, de troca de óleo de veículos e abastecimento. Evitar permanência de rachaduras nos pisos; e evitar obstruções dos canais que interligam estas áreas a caixa separadora de água e óleo, impedindo o fluxo normal de efluentes para esta última.	Durante a vigência da licença
08	Apresentar a renovação do AVCB Nº 20200090332, de 05/05/2020, válido até 05/05/2023.	Até 30 dias após sua renovação, todas as vezes que forem necessárias durante a vigência da licença.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro

LAS RAS
PA SLA 5315/2021
PT 19 (43148237)
07/03/2022

09	Manter arquivado no empreendimento cópias impressas, na íntegra, dos relatórios de cumprimento das condicionantes, acompanhadas da respectiva ART, as quais deverão ficar disponíveis ao órgão ambiental durante a vigência da licença ambiental e pelo período de 05 (cinco) anos após o vencimento da mesma, podendo ser solicitadas a qualquer tempo, inclusive pelo agente de fiscalização ambiental.	-----
----	---	-------

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM LM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “POSTO JAMPRUCA LTDA”

1. Resíduos Sólidos e Rejeitos

1.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, **semestralmente**, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.

Prazo: Conforme dispostos na DN COPAM nº 232/2019.

1.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: Conforme dispostos na DN COPAM nº 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

- (*) 1- Reutilização
2 - Reciclagem
3 - Aterro sanitário
4 - Aterro industrial
5 - Incineração
6 - Co-processamento
7 - Aplicação no solo
8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
9 - Outras (especificar)



- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN COPAM nº 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

2. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Entrada e Saída da caixa Separadora de Água e Óleo (SAO)	Vazão, Demanda Química de Oxigênio (DQO) ¹ , pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes), óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais.	<u>Semestralmente</u>
Entrada e Saída do Sistema de Tratamento de Esgoto	Vazão, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) ¹ , Demanda Química de Oxigênio (DQO) ¹ , pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes), óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais.	<u>Semestralmente</u>

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Relatórios: Enviar, **anualmente, todo mês de FEVEREIRO**, à SUPRAM LM, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.